



Religião entre mistério e alteridade – uma leitura de *O conto da ilha desconhecida* de José Saramago

Religion between mystery and alterity – an interpretation of *O conto da ilha desconhecida* by José Saramago

Danilo Mendes¹

Resumo: Fazemos neste artigo uma leitura de *O conto da ilha desconhecida* em três passos: a) percebendo a permissão pelo mistério entre a incompletude da ciência e a presença do inominável; b) experimentando a religião enquanto alteridade; c) clareando a tensão entre terra prometida e terra permitida. Aqui, as principais referências para nossa leitura são Derrida e Lévinas, justamente por serem pensadores que fundam ontologias frente ao desconhecido (seja o inominável ou o outro). A partir dessa leitura podemos dialogar com o tema do mistério enquanto meio para fora de um si mesmo, mas, simultaneamente, como fim em si mesmo. Isso fica claro, sobretudo, no último passo, no qual a ilha desconhecida se transforma em barco, fornecendo riquíssimas possibilidades interpretativas. Salientamos que a religião só pode ser, de fato, objeto de estudo enquanto ela é busca pelo mistério e não o encontro com ele. Por fim, apresentamos uma breve incursão na teoria da religião aproximando o conto do conceito de mística em Rubem Alves. Dessa forma procuramos contribuir não só com o diálogo entre religião e literatura, mas com a epistemologia dos estudos de religião, na medida em que postulamos para eles critérios básicos e com a teoria da religião que a compreende entre mistério e alteridade.

Palavras-chave: Literatura; José Saramago; Epistemologia da Ciência da Religião; Teoria da religião; Mística.

Abstract: In this article we interpret *O conto da ilha desconhecida* in three steps: a) realizing the allowance for mystery between the incompleteness of science and the presence of the nameless; b) experiencing religion as alterity; c) clearing the tension between Promised Land and permitted land. Here, the main references for our reading are Derrida and Lévinas, precisely because they are thinkers who found ontologies in the face of the unknown (either the nameless or the other). From this reading we can dialogue with the theme of mystery as a means out of oneself, but simultaneously as an end in itself. This is clear above all in the last step, in which the unknown island turns into a boat, providing very rich interpretive possibilities. We emphasize that religion can, in fact, be the object of study only as long as it is the search for the mystery and not the encounter with it. Finally, we present a brief foray into the theory of religion bringing the tale of the concept of mystique closer to Rubem Alves. Thus we seek to contribute not only to the dialogue between religion and literature, but to the epistemology of the studies of religion, as we postulate for them basic criteria and the theory of religion that comprises it between mystery and otherness.

Keywords: Literature; José Saramago; Epistemology of the Religious studies; Theory of religion; Mystique.

¹ Doutorando e mestre em Ciência da Religião na Universidade Federal de Juiz de Fora. Contato: danilo.smendes@hotmail.com



Introdução

O conto da ilha desconhecida é um breve conto de José Saramago, publicado originalmente em 1997 com ilustrações de Bartolomeu dos Santos e no Brasil, em 1998, com aquarelas de Arthur Luiz Piza. Ele narra a história de um homem que vai até o rei para pedir que ele lhe dê um barco a fim de ir a uma ilha desconhecida. Depois de certa insistência, o homem (e a fila que se formava atrás dele na porta das petições) conseguiu convencer o rei a dá-lo um barco a fim de que ele pudesse sair à procura da ilha desconhecida. Como em qualquer boa estória, essa não é uma decisão simples, afinal, como se pode sair à procura do desconhecido? Se o homem pedinte soubesse onde se encontra essa ilha, ela não seria desconhecida. Como afirmar, portanto, ultimamente sua existência? Simultaneamente, como afirmar sua não existência?

Embora não possamos afirmar uma ultimidade de sentido para as metáforas do texto (sob a dura pena de assassiná-lo), pontuamos uma perspectiva para refletirmos sobre ele e, então, captar certos acenos que nossa leitura dá ao estudo da religião de modo geral. Partimos da problemática de quais as implicações do modo como o conto de Saramago relaciona ser humano e mistério. Apresentamos, portanto, uma interpretação através da perspectiva da religião. O que nos garante a possibilidade de fazê-lo, sem que cometamos qualquer brutalidade hermenêutica, é a aproximação da auto-afirmação do personagem principal do conto com o conceito de religião como elaborado em Rubem Alves².

Ao receber o barco do capitão, a mando do rei, o personagem principal revela que não possui experiência de navegação e nem mesmo o sabe fazer. Diante de tal situação o capitão, sem saber qual barco dar-lhe, recomenda que ele não aprenda a navegar no mar, como o homem sugeriu que faria. Diz o capitão “não me atrevo com qualquer barco” (SARAMAGO, 1998, p. 26), ao que responde o homem “dá-me então um com que possa atrever-me eu, não, um desses não, dá-me antes um barco que eu respeite e que possa respeitar-me a mim” (1998, p. 26). Nesse momento há uma revelação fundamental para nossa base conceitual interpretativa. Diz o capitão: “essa linguagem é de marinheiro, mas tu não és marinheiro” (1998, p. 26-7), responde o

² Seria injusto reduzir o conceito de religião em sua aproximação com a linguagem ao trabalho de Rubem Alves. Diversos autores podem aqui ser citados como Martin Heidegger, Mark C. Taylor, Gianni Vattimo etc. Sobre esse último, há um diálogo no texto de Mendes sobre a linguagem religiosa (MENDES, 2019).

homem “se tenho a linguagem, é como se o fosse”. Na medida em que o homem afirma certa equivalência entre linguagem e fato, ele se aproxima do núcleo fundamental do conceito de religião alvesiano. Para Rubem Alves, a religião não é mais propriamente um conjunto de símbolos, mitos, ritos e doutrinas, mas uma linguagem que proporciona ao homem um novo jeito de experimentar o mundo: “Sabia que a religião é uma linguagem?/ Um jeito de falar sobre o mundo... [...]/ E tudo se faz com as palavras e o desejo” (ALVES, 1999, p. 5). O desejo, expresso no “como se fosse”, indica a presença de certo sentimento religioso do homem, a partir de uma interpretação alvesiana, no qual a linguagem expressa o mais íntimo anseio em relação ao mundo.

Nesse sentido, nossa interpretação, ao contrário do que se poderia objetar, não é infundada ou demasiada livre em relação à concretude narrativa. Antes, ela se baseia no fato de que essa leitura do conto de Saramago contribui para clarificar a relação do ser humano com o mistério religioso, bem como o modo como podemos estudá-lo, desembocando, assim, em compreensões básicas para uma epistemologia da ciência da religião. Assim, seguimos nosso texto em três passos: a) percebendo a permissão pelo mistério entre a incompletude da ciência e a presença do inominável; b) experimentando a religião enquanto alteridade; c) clareando a tensão entre terra prometida e terra permitida. Posteriormente, aproximamos nossa interpretação do conceito de mística como apresentado por Rubem Alves.

A permissão pelo mistério

Dá-me um barco, disse. [...] E tu para que queres um barco pode-se saber, foi o que o rei de facto perguntou [...], Para ir à procura da ilha desconhecida, respondeu o homem, Que ilha desconhecida, perguntou o rei disfarçando o riso, como se tivesse na sua frente um louco varrido, dos que têm a mania das navegações, a quem não seria bom contrariar logo de entrada, A ilha desconhecida, repetiu o homem, Disparate, já não há ilhas desconhecidas, Quem foi que te disse, rei, que já não há ilhas desconhecidas, Estão todas nos mapas, Nos mapas só estão as ilhas conhecidas, E que ilha desconhecida é essa de que queres ir à procura, Se eu to pudesse dizer, então não seria desconhecida, A quem ouviste tu falar dela, perguntou o rei, agora mais sério, A ninguém, Nesse caso, por que teimas em dizer que ela existe, Simplesmente porque é impossível que não exista uma ilha desconhecida, E vieste aqui para me pedires um barco, Sim, vim aqui para pedir-te um barco, E tu quem és, para que eu to dê, E tu quem és para que não mo dês, Sou o rei deste reino, e os barcos do reino pertencem-me todos [...], A ti, rei, só te interessam as ilhas conhecidas, Também me interessam as desconhecidas quando deixam de o ser, Talvez esta não se deixe conhecer, Então não te dou o barco, Darás. (SARAMAGO, 1998, p. 15-18).

O riquíssimo diálogo travado entre o homem e o rei desemboca em um apelo popular e na decisão do soberano a favor do pedido do homem. O entrave narrado demonstra pelo menos um aspecto relevante para pensarmos sobre o conceito de religião. Antes, todavia, reiteramos o caráter de protesto do homem contra certa ultimidade da realidade estabelecida: o conjunto de ilhas conhecidas não pode conter todas as ilhas possíveis. Partindo desse ponto será possível pensar a permissão do ser humano diante do mistério religioso ou, em outras palavras, até que ponto podemos nos debruçar sobre o fenômeno religioso para conhecê-lo. Essa questão encontra-se no âmago mesmo da ciência da religião, uma vez que discute as possibilidades básicas do conhecimento de seu objeto.

Tomando o mistério da ilha desconhecida como um princípio tipicamente religioso, nos aproximamos de uma questão, antes de tudo, epistemológica. Explicamos: no trecho do conto que lemos o impasse não é primeiramente sobre a existência ou não de uma ilha desconhecida. Apesar de passar pelo tema, o debate entre o homem e o rei é, fundamentalmente, sobre a permissão de ir explorar – concedida através do pedido do barco. Essa leitura nos permite pensar sobre certo afastamento da ciência da religião em relação ao seu objeto: sobretudo no sentido de afirmar certa impossibilidade de enunciados objetivos sobre a validade ou não da experiência religiosa. Quando se trata do mistério, a ciência deve se limitar em compreender sua busca, e não buscar uma verdade sobre ele.

Aqui, nos aproximamos de uma proposição realizada por Jaques Derrida e assumida por Mark C. Taylor: ao colocar-se no limiar do “impensável”, dentro do rígido paradigma científico, a ciência da religião recai sobre um complexo paradoxo. De um lado, o mistério é o impensável, aquele que recusa a deixar pensar sobre si. Por outro lado, não pensar o mistério é já pensá-lo – primeiramente porque para delimitar o que é conhecível e o que é mistério já é definir certo lugar a este. Aqui, o mistério é um dos nomes da “negação” (*not*) do qual se ocupa Taylor, dizendo que “A questão da negação, portanto, é a questão do impensável que não podemos nem pensar nem não pensar” (TAYLOR, 1993, p. 1)³. Isso significa, em nossa leitura, que mesmo sem nomear o que o mistério é, é necessário chamá-lo mistério.

Ousar tal nomeação é fazer o impossível ou, nas palavras de Derrida “ir aí aonde não se pode ir. [...] ir lá aonde é impossível ir. Lá, para o nome, para além do

³ "The question of the not, therefore, is the question of the unthinkable that we can neither think nor not think"

nome *no* nome” (DERRIDA, 1995, p. 42). Aqui parecem se unir os sentidos do paradoxo que transpomos à ciência da religião e o conto de Saramago: reconhecer ou ainda apostar no mistério é navegar pelo desconhecido sem a sua permissão. Independente de certa existência fática ou não do mistério, nomeá-lo já é ir para além de seu nome, já é pensar o impensável. O ofício do navegador é chegar às ilhas conhecidas no limiar do desconhecido; o ofício do cientista é compreender o fenômeno religioso no limiar do mistério – nomeando-o sem a permissão⁴ para tal. Isso não implica, todavia, que o cientista da religião deva organizar um discurso racional sobre deus(a). Ele não poderia fazê-lo. Mas ao não fazê-lo nomeia-o a partir de seus limites.

Alteridade

Tens com certeza um mester, um ofício, uma profissão como se diz, Tenho, tive, terei se for preciso, mas quero encontrar a ilha desconhecida, quero saber quem sou eu quando nela estiver, Não o sabes, Se não saís de ti, não chegas a saber quem és, O filósofo do rei, quando não tinha que fazer ia sentar-se ao pé de mim, a verme passajar as peúgas dos pajens, e às vezes dava-lhe para filosofar, dizia que todo homem é uma ilha, eu, como aquilo não era comigo, visto que sou mulher, não lhe dava importância, tu que achas, Que é necessário sair da ilha para ver a ilha, que não nos vemos se não saímos de nós (SARAMAGO, 1998, p. 40-41).

A interlocutora do homem, no trecho acima, é a mulher da limpeza que primeiro lhe atendeu na porta dos obséquios e, devido à sua coragem, optou por largar seu trabalho no palácio e ir junto do homem em busca da ilha desconhecida. Pediu-lhe um emprego como limpadora de barcos enquanto o homem não conseguia uma tripulação de marinheiros que pudesse ir junto a eles na expedição. Nesse momento, o diálogo se dá na busca de conseguir dinheiro para realizar a viagem em busca da ilha desconhecida – por isso a mulher começa perguntando-lhe sobre sua profissão. Porém, mais do que simples questionamento de fim material, interpretamos que esse diálogo trata sobre a própria formação dos personagens. Do homem só se lhe pode chamar homem porque, no conto, falta-lhe ofício – nem mesmo é navegador, embora fale como. À mulher Saramago chama de mulher da limpeza – aí está sua profissão. O mesmo acontece com o rei, com o capitão e com os marinheiros que se recusaram a fazer parte da narrativa.

⁴ Apesar do termo “permissão” remeter a uma autoridade última, optamos por utilizá-lo não apenas em referência ao ensaio de Levinas explicitado mais à frente no texto, mas também porque a questão, em termos derridadianos, se coloca no limiar da linguagem, do qual não é possível ir além.

Temos, aqui, uma aproximação com a antropologia marxista, na qual o ser humano se constrói e, portanto, delimita a partir de seu trabalho⁵. Podemos indicar essa antropologia como a subjacente ao narrador (não necessariamente do autor), uma vez que é ele quem decide nomear os diversos personagens a partir do trabalho. A antropologia subjacente ao discurso do personagem principal, o homem, todavia, é divergente desse outro: para ele, o ser humano se constitui, se constrói, se define e delimita a partir de uma saída de si. Entretanto, esse movimento ainda não basta para que o ser humano complete o processo de autoconhecimento: é necessário que ele se encontre com um outro, com um diferente. Por isso ele busca encontrar-se e conhecer-se na ilha desconhecida. É preciso alteridade.

Aqui, cabe recorrermos a Emmanuel Levinas e sua ética do rosto. Na tentativa de refletir sobre o “eu mesmo”, sobretudo frente à mortalidade e finitude, em uma leitura talmúdica Levinas expressa como o ser humano se constitui: o “manter-se voltado para si” requer um “manter-se voltado para o outro” (LEVINAS, 2002, p. 93). Isso implica uma ontologia ética, na medida em que não apenas postula um horizonte antropológico, mas uma ação diretamente consequente desse horizonte. Essa é uma “ontologia aberta à responsabilidade para com o próximo” (LEVINAS, 2002, p. 97). Em outras palavras, o ser humano se constitui na medida em que se volta responsabilmente para o outro.

Essa antropologia baseada na alteridade tem peso ético não porque convoca à ação, mas porque reconhece certa imposição da responsabilidade com o outro. Diz Levinas em uma entrevista publicada sob o título de *Violência do rosto*:

Tenho descrito sempre o rosto do próximo como portador de uma ordem, que impõe ao *eu*, diante do outro, uma responsabilidade gratuita – e inalienável, como se o eu fosse escolhido e único – e o outro homem é absolutamente outro, isto é, ainda incomparável e, assim, único (LEVINAS, 2014, p. 28, grifos do autor).

Na medida em que o reconhecer-se do ser humano depende de um imperativo ético positivo, por meio da responsabilidade, a antropologia levinasiana se aproxima da antropologia do homem de *O conto da ilha desconhecida*: para se conhecer é necessário sair de si e, imperativamente, encontrar-se no rosto do outro. Por isso, diz Levinas que “O homem é o ser que reconhece a santidade e o *esquecimento de si*. O ‘para si’ expõe-se sempre à suspeição. [... O homem] é o ser que já ouviu e compreendeu o mandamento da santidade *no* rosto do outro homem” (LEVINAS,

⁵ Sobre a antropologia marxista, indicamos *Marx, Engels e a antropologia* (LEINER, 2016) e *Marxismo antropológico e a produção das relações sociais* (CARVALHO, 1985).

2014, p. 40, grifos do autor). Isso indica que o esquecimento de si é primordial para o encontro de si mesmo – tanto no *Conto* quanto na filosofia ética de Levinas. Há sempre, portanto, uma suspeição quanto ao si mesmo em favor do outro.

A alteridade⁶ aqui se constitui como alteridade religiosa pela ideia de santidade adotada por Levinas. Nesse ponto, não se pode afirmar mera apropriação de um conceito puritano/separatista, como sua utilização em contextos religiosos brasileiros, mas, sobretudo, a reinterpretação da noção de sagrado. Não são os templos nem seus símbolos o que é santo, mas o rosto do outro diante do qual o si mesmo se constitui e para o qual ele possui responsabilidade. Na medida em que a leitura de Levinas ultrapassa o campo filosófico, seu pensamento constrói uma potente ética teológica – que, parafraseando Paul Ricoeur⁷, dá o que pensar⁸.

O sonho, ou: a terra prometida

O conto de Saramago se encerra com um sonho do homem, no qual o barco está repleto de tripulantes e suprimentos para habitar a ilha desconhecida. Já cansados e desesperançosos, os homens que lá estavam (que nunca foram marinheiros, mas homens e mulheres em busca de “um sítio melhor para viver” [SARAMAGO, 1998, p. 57]) desembarcam na primeira ilha conhecida e desistem da viagem, derramando, em sua saída, todos os suprimentos de terra e sementes pelo convés do barco. Rapidamente as velas ficam inutilizáveis: árvores frondosas tomam conta de toda a embarcação, de modo que elas, sensíveis ao vento, dão movimento ao barco. Começando seu trabalho de jardineiro dessa floresta em alto mar, o homem vê a sombra da mulher da limpeza que não havia aparecido ainda no sonho. Por fim, o homem acorda ao lado dela, que havia dormido em outro quarto, e naquela manhã batiza seu barco de “A ilha desconhecida” e, nas palavras de Saramago, sai em busca de si mesmo⁹.

O fim do conto nos provoca a pensar na linearidade de nossa interpretação narrativa: o desejo do homem de encontrar a ilha desconhecida é a partida, o barco

⁶ O conceito de alteridade foi reinterpretado para os estudos de religião por Mark C. Taylor como Altaridade (TAYLOR, 1987).

⁷ Este filósofo o faz estudando o conceito de símbolo. (RICOEUR, 2013).

⁸ Para uma exaustiva e completa descrição da relação de Levinas e a religião, recomendamos a dissertação de Fabiano Campos *O ser e o outro do ser* (CAMPOS, 2016).

⁹ A noção de “tornar-se a si mesmo” pode ser explorada em perspectiva kierkegaardiana. Para uma detalhada exposição do assunto dentro do sistema filosófico de Kierkegaard, recomendamos a tese “Tornar-Se Cristão: O Paradoxo Absoluto e a existência sob juízo e graça em Søren Kierkegaard” de Jonas Roos (2007).

que precisa para fazê-lo é o meio, e a ilha mesma o fim. O desfecho, todavia, subverte essa ordem. Uma vez que a ilha desconhecida é o barco, o desconhecido é o meio e o meio é o próprio fim. A busca do desconhecido remete à busca do si mesmo, transitando entre alteridade e mistério. Nesse sentido, há certa dualidade que se estabelece na busca.

Retomemos, portanto, o jogo que Levinas denominou como *Terra prometida ou terra permitida* (LEVINAS, 2003, p. 103-137). Interpretando um trecho talmúdico sobre a entrada do povo hebreu na terra prometida, após a libertação da escravidão egípcia, Levinas tenta explorar a relação entre a chegada do povo após anos de caminhada pelo deserto e a proibição da entrada de uma geração inteira. Diante dessa proibição, afirma Levinas “Terra prometida não é Terra permitida” (2003, p. 127). Isso significa, primeiramente, que a expectativa gerada pela promessa não é cumprida. Tal leitura interpreta que o prometido continua como prometido – não passa, necessariamente, a permitido. Aqui, podemos afirmar que há certo nível de perenidade da promessa, isto é, ela continua enquanto promessa por não ser levada a termo.

Nesse ponto, a transformação do próprio barco do conto em Ilha desconhecida se aproxima da relação negativa entre terra prometida e terra permitida. A ilha só é desconhecida enquanto não for encontrada: a falta da permissão para encontrá-la é justamente o que a constitui enquanto ilha desconhecida. Essa ilha, portanto, é terra prometida, de sonhos, de desejos, de anseios, de busca... mas nunca é terra permitida. Encontrá-la significaria, justamente, perdê-la. A ilha desconhecida carrega o mistério do impossível paradoxal. Por isso, apesar de surpreendente, o desfecho do conto de Saramago é logicamente necessário. Isso não se dá somente porque não se encontra a ilha desconhecida, mas porque se transforma o meio em fim. Em outras palavras, o barco, que carrega a viagem-promessa, torna-se a própria ilha. A promessa também assume perenidade aqui.

Esse movimento de tornar o meio fim, na interpretação de Levinas é justamente a sacralização da terra. Na medida em que, dando voz ao povo hebreu, “nós vamos para essa terra a fim de conhecer a vida celeste. ‘Nós vamos para essa terra para subir ao céu’” (LEVINAS, 2003, p. 130), a experiência de sacralização encontra ressonância no conto saramaguiano, onde o homem busca encontrar-se em referência à ilha desconhecida. Mais uma vez a noção de alteridade é evocada, uma vez que a entrada na terra, já habitada, daria ao povo a possibilidade de conhecer o

celeste para eles preparado. Soma-se a isso o fato de que há, no pensamento levinasiano, um peso de responsabilidade ética para a alteridade. Nesse sentido, o celeste religioso é experimentado como a responsabilidade de justiça – bem como a busca pelo si mesmo na busca do outro desconhecido.

Por fim, na conclusão de sua interpretação talmúdica, diz Levinas “Somente aqueles que estão dispostos a aceitar as consequências de seus atos e a assumir o exílio quando não forem mais dignos de uma pátria, somente eles têm o direito de entrar nessa pátria” (LEVINAS, 2003, p. 136). Isso significa que aqueles que não entraram na terra prometida, ou ainda, aqueles para quem a terra prometida não era terra permitida, e reconheceram sua indignidade, eram, justamente, os dignos de entrar na pátria. Em muito, novamente, o texto do filósofo francês se aproxima do conto de Saramago: para ser digno da busca da ilha desconhecida, era preciso desconhecer o barco, desconhecer a si mesmo e partir em exílio rumo ao mistério.

A religião entre mistério e alteridade

O elemento religioso, tal como o identificamos no *Conto da ilha desconhecida* parece se manifestar entre mistério e alteridade. Ocupamo-nos, primeiramente, em perceber como essas noções se desdobram para pensarmos a epistemologia da ciência da religião a partir da permissão pelo mistério – seja ele meio ou fim. Todavia, podemos ampliar ainda mais as consequências de nossa interpretação a partir da religião desse conto e, ao o fazermos, descobrimos amplas possibilidades de contribuição também para o campo da teoria da religião. Ora, a relação entre epistemologia da ciência da religião e teoria da religião é, com certa clareza, direta: uma vez que se transforma o entendimento sobre o objeto de uma ciência, muda-se o próprio fazer científico. Entretanto, as relações parecem ser mais complicadas do que essa simples linearidade, uma vez que transformar o modo de estudar um objeto também modifica sua definição. Portanto, essa relação parece ser cíclica e complementar. Uma vez instaurada essa relação, deve-se optar por pensar a teoria ou a epistemologia antes, e a nos coube pensar essa antes daquela.

Conceber a religião, enquanto fenômeno fundamentalmente humano, entre o mistério e a alteridade poderia implicar recorrer a um vasto campo de estudos teológicos, históricos e sociológicos: a mística¹⁰. Todavia, mística aqui não pode ser

¹⁰ Para interessantes incursões sobre o tema, recomendamos *Finitude e mistério* (CABRAL; BINGEMER, 2014) e *Narrativas místicas* (BINGEMER; PINHEIRO, 2016).

entendida como mero sinônimo de religioso, em sentido demasiadamente amplo, ou como restrito a certa tradição delirante¹¹, em sentido demasiadamente delimitado. Consideramos místico todo fenômeno que, a partir de certa negatividade, recusa a ultimidade do real estabelecido em favor de algo indefinido do qual não se pode falar positivamente. Nesse sentido, nos apropriamos da noção de mística de Rubem Alves, para quem o místico é um estranho em seu próprio mundo, aquele que não se reconhece como parte de certa normalidade e a partir dessa inadequação fala sobre um ausente religioso¹². Sobre essa relação entre normalidade social e religião, diz Alves:

A psicanálise considera a religião como uma forma de neurose, ou seja, como pensamento e comportamento patológicos. Este diagnóstico, entretanto, depende de uma definição da normalidade em termos de ajustamento. Profetas, artistas e místicos são candidatos potenciais ao divã, enquanto que advogados, banqueiros e técnicos se alinham entre os normais (ALVES, 1984, p. 173).

Colocando em diálogo a noção psicanalítica do que seja o religioso com seu conceito de mística, Rubem Alves é assertivo em sua perspectiva: a normalidade que a psicanálise (enquanto movimento científico moderno) exige do ser humano se baseia em uma noção de ajustamento ao *status quo* muito clara¹³. Por isso há a contradição entre profetas e artistas de um lado e banqueiros e técnicos de outro. Na medida em que os primeiros se recusam a aceitar certa inexorabilidade da realidade, eles se aproximam do místico e do religioso. O segundo grupo, de burocratas da sociedade moderna, está, nessa perspectiva, mais próximo da normalidade constituída. Para Rubem Alves, esses não têm necessidade das sessões psicanalíticas.

O conceito de mística alvesiano encontra ressonância em nossa leitura em, pelo menos, três relações: a) mística e poder; b) mística e realidade; c) mística e ausência. Da primeira devemos, antes de tudo, salientar a questão ética: o místico é aquele que não tem poder. Nesse sentido, a primeira condição vital a partir da qual o

¹¹ Não queremos indicar com esse termo certa compreensão pejorativa, mas uma associação entre mística e poesia moderna realizada por Eduardo Losso em “Mística e antimística, simbolismo e crítica literária” (LOSSO, 2018).

¹² Aqui tomamos como base o texto “Mística: a emigração dos que não tem poder” (ALVES, 1984, p. 165-175).

¹³ Devemos aqui ter em mente que a noção de psicanálise que requer ajustamento entre paciente e realidade, essa sobre a qual Rubem Alves trata e critica, é muito específica e não contempla a totalidade do movimento psicanalítico. Ele se refere, sobretudo, ao movimento estadunidense da *Ego psychology*, que é melhor tratada em *História da psicanálise na França* (1988, p. 182-196). Sobre a questão da normalidade em Freud, recomendamos o texto de Maria Regina Prata “O normal e o patológico em Freud” (1999). Apesar da crítica se basear em uma noção bastante específica e limitada da psicanálise, ela é válida na medida em que tipifica uma corrente interpretativa da religião que possui grande ressonância com sua abordagem crítica da religião. Sobre ela e sua recepção em Rubem Alves, recomendamos “O protesto e o poder dos oprimidos” (MENDES, 2017).

místico age é a margem. Para Alves, o movimento místico é um movimento de quem não tem poder e, a partir dessa condição, se coloca contra a situação que o marginalizou. Na medida em que o homem do conto de Saramago é aquele cujo nome falta porque também lhe falta a profissão, ele se encontra na condição propícia para o místico. Soma-se a esse fato um importante detalhe que o início do conto nos revela: ele está, junto com toda a população do reinado, na porta das petições. Despossuído, portanto, o homem é aquele que não tem poder – e, por isso, tem tudo que é necessário para ser um místico.

A mesma ressonância que permite aproximarmos o homem de um místico a partir da ideia de margem se dá na ideia de recusa da realidade. Isso se dá na narrativa saramaguiana no momento em que o homem recusa a ultimidade dos mapas e afirma certa perenidade da possibilidade de novas ilhas. A realidade como estabelecida, nesse sentido, não dá a última palavra sobre a vida e o destino dos homens. E nem deste homem: há, para ele, certa abertura do futuro que lhe é inalienável. A imprevisibilidade do futuro é, aqui, fato fundamentalmente positivo para o homem. Enquanto para os advogados, banqueiros e técnicos, para ficar nos exemplos de Alves, o futuro deve ser controlado (respectivamente por meio da constituição estabelecida, da previsibilidade do mercado, e da atualização do sistema), para o místico e, portanto, para o navegador que busca ilhas desconhecidas, a afirmação do futuro não é nem possível nem desejável. Aqui, o homem dá mais um passo para identificar-se com o místico.

O que, por fim, poderíamos afirmar como o último movimento de aproximação entre o homem saramaguiano e o místico alvesiano é a ideia de ausência¹⁴. Tanto o místico, em sua recusa da realidade em favor do ainda não presente, quanto o homem em sua busca por uma ilha desconhecida, estão diante de uma ausência presente. É na referência dessa ausência que eles constituem aquilo sua subjetividade mais íntima: seu si-mesmo. Tanto o homem quanto o místico, esse tipo ideal alvesiano, se colocam face a uma falta que lhes enche de sentido e os define em nível mais derradeiro. Seu nome, em último caso, lhes é dado por essa ausência. O homem sem profissão nem sobrenome que busca o desconhecido. O místico, aquele que busca o mistério invisível porque ausente. É aqui que, sobretudo, mistério e alteridade se

¹⁴ Em Rubem Alves é muito forte a ideia de uma presença da ausência. Para um melhor tratamento disso, recomendamos o item “Presença da ausência” na dissertação *Modos de habitar a terra* (MENDES, 2019, p. 139-140) e o texto *O Canto do Pássaro Encantado: a religião como saudade em Rubem Alves* (MARTINS; ALMEIDA, 2017).

encontram definindo o que é religião e, no limite, instaurando uma rica compreensão. Estão aqui as bases para uma teoria da religião que a conjuga entre o mistério e a alteridade.

Considerações finais

Sendo três as aproximações filosófico-literárias que fizemos são, pelo menos, três as considerações que devemos fazer. Outra é a incursão sobre teoria da religião que fizemos no fim. Primeiramente, atentando para a permissão (ou sua falta) pelo mistério, pontuamos o eterno limite da ciência da religião diante da experiência religiosa. Ela é sempre inacessível, cabendo a nós, cientistas, nos contentarmos com as linguagens que a constituem e que dela provém nas mais diversas formas simbólicas. Nesse sentido, a ciência da religião não produz mapas da ilha desconhecida, mas se debruça sobre os relatos e diários de viagem.

Em segundo lugar, sublinhamos a questão da alteridade enquanto questão fundamentalmente ética e basilar para a constituição do si mesmo humano. Com a primeira aproximação entre Saramago e Levinas apresentamos que esse processo do conhecer a si mesmo depende de uma sacralização do rosto do outro e, por isso, pode ser definido como um movimento intrinsecamente religioso. Podemos, portanto, ponderar que à ciência da religião cabe também compreender a alteridade constituinte do humano – seja em relação ao outro humano ou em relação ao outro desconhecido.

Na última leitura filosófica do conto, debatemos outra aproximação entre esses autores, dessa vez pensando a relação entre terra prometida e terra permitida. Aqui, mais do que pensar certas aporias na ciência da religião¹⁵, interpretamos o modo como, diante do mistério, a própria busca humana torna-se um fim em si mesmo. Dessa forma, a noção de exílio de si torna-se fundamental para a compreensão de si e para a busca do mistério desconhecido. Apesar do caráter paradoxal, a busca pelo mistério não pode, como vimos, acabar-se na terra prometida. Ela permanece sempre como busca, uma vez que caso o encontre encerra seu próprio objeto. Por isso, no conto, o barco se torna a ilha desconhecida. O meio toma forma de fim, e sendo o fim o próprio mistério, o meio também se desconhece.

¹⁵ Há algumas aporias a partir de um poema, também de Saramago, em “A terra densa e o que a nomeia – aporias sobre o objeto da ciência da religião” (MENDES, 2018).



Por fim, pensamos como a interpretação do *Conto da ilha desconhecida* desvela a possibilidade de uma teoria da religião que se constitui entre mistério e alteridade. Para tal, aproximamos o principal personagem da obra com o tipo ideal do místico de Rubem Alves. Na medida em que há ressonância entre eles a partir das ideias de margem, recusa da realidade e presença da ausência, o homem se revela como um místico, desajustado com a normalidade e, nesse sentido, mais próximo dos artistas e profetas do que dos burocratas da modernidade capitalista. A recusa do real, nesse sentido, é o que constitui a religião entre o mistério, enquanto busca pelo ausente, e a alteridade, enquanto a constituição de si-mesmo na referência do outro. Desse modo, buscamos contribuir tanto com a epistemologia da ciência da religião quanto com a teoria da religião: ambas se constituem na relação entre mistério e alteridade – e isso as aproxima de modo inegável.

Referências

- ALVES, Rubem. **O enigma da religião**. Campinas, SP: Papirus: 1984.
- _____. **O suspiro dos oprimidos**. São Paulo: Paulus, 1999
- BINGEMER, Maria Clara; PINHEIRO, Marcus Reis. **Narrativas místicas**: antologia de textos místicos da história do cristianismo. São Paulo: Paulus, 2016.
- CABRAL, Jimmy Sudário; BINGEMER, Maria Clara. **Finitude e mistério**: mística e literatura moderna. Rio de Janeiro: Mauad-x; PUC-Rio, 2014.
- CAMPOS, Fabiano. O ser e o outro do ser: a questão de Deus em Emanuel Levinas. **Tese**. Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós graduação em Ciência da Religião, 2016. 499 p.
- CARVALHO. Edgard de A. Marxismo antropológico e a produção das relações sociais. **Perspectivas**. n. 8, São Paulo, 1985, p. 153-175.
- DERRIDA, Jacques. **Salvo o nome**. Campinas: Papirus: 1995.
- LEINER, Marx, Engels e a antropologia: notas sobre uma relação subliminar . **Dois pontos**. v. 13, n. 1, Curitiba, São Carlos, 2006, p. 73-87
- LEVINAS, Emmanuel. **Novas interpretações talmúdicas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- _____. **Quatro leituras Talmúdicas**. São Paulo: Perspectiva, 2003.
- _____. **Violência do rosto**. São Paulo: Loyola, 2014.
- LOSSO, Eduardo. Mística e antimística, simbolismo e crítica literária. **Intellèctus**, ano XVII, n. 2, Rio de Janeiro, 2018, p. 92-111.



MARTINS, Gustavo; ALMEIDA, Edson. O Canto do Pássaro Encantado: a religião como saudade em Rubem Alves. **Estudos de Religião**, v. 31, n. 2, p. 1-19, maio-ago, 2017.

MENDES, Danilo. Modos de habitar a terra: o estatuto da linguagem religiosa em Gianni Vattimo e Rubem Alves. **Dissertação**. Universidade Federal de Juiz de Fora – Instituto de Ciências Humanas. Programa de Pós-graduação em Ciência da Religião, 2019. 154 p.

_____. “O protesto e o poder dos oprimidos”. Contribuições de Rubem Alves para uma hermenêutica filosófica da religião. **Ensaios filosóficos**. v. 16, 2017, p. 123-133.

_____. A terra densa e o que a nomeia – aporias sobre o objeto da ciência da religião. **Sacrilegens**. v. 15, n. 2, Juiz de Fora, 2018, p. 1374-1380.

PRATA, Maria Regina. O normal e o patológico em Freud, **PHYSIS: Revista de Saúde Coletiva**, v. 9, n. 1, 1999, p. 37-81.

RICOEUR, Paul. **A simbólica do mal**. Lisboa: Edições 70, 2013.

ROOS, Jonas. Tornar-Se Cristão: O Paradoxo Absoluto e a existência sob juízo e graça em Søren Kierkegaard. **Tese**. Escola Superior De Teologia - Instituto Ecumênico De Pós-Graduação Em Teologia, 2007. 247p.

ROUDINESCO, Élisabeth. **História da Psicanálise na França**: a batalha dos cem anos. Volume 2: 1925-1985. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1988.

SARAMAGO, José. **O conto da ilha desconhecida**. São Paulo: Companhia das letras, 1998.

TAYLOR, Mark C. **Altarity**. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.

_____. **Nots**. Chicago: The University of Chicago Press, 1993.

Recebido em: 02/12/2019
Aprovado em: 30/11/2019